COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.033, DE 2003

“Institui o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transporte de valores.”

Autora: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN

Relator: Deputado ROBERTO SANTIAGO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe reconhece como perigosa a atividade de vigilância e a de transporte de valores, autorizando o empregado a receber o adicional de periculosidade no valor de 30% calculados sobre o salário. O adicional se incorpora à remuneração para todos os efeitos.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A nobre autora do projeto, Deputada Vanessa Grazziotin, visa a dar efetividade à norma constitucional de proteção aos trabalhadores que atuam em situações de risco. Para isso determina o pagamento de adicional de periculosidade aos empregados em vigilância e transporte de valores.

Concordamos com a nobre Parlamentar quanto à necessidade de proteção dos trabalhadores e ao pagamento do adicional de periculosidade.

Entendemos, no entanto, que o adicional não deve ser vinculado à categoria, mas sim à situação de risco.

O adicional de periculosidade, nos termos da legislação vigente, é devido a todos os trabalhadores que tenham contato com explosivos ou inflamáveis em condições de risco acentuado.

Assim, não importa a categoria profissional do empregado. Se ele estiver exposto a inflamável ou explosivo, o adicional é devido.

No caso dos empregados em vigilância e transporte de valores, o porte e eventual uso de arma de fogo configura a situação de risco, conforme expõe a autora do projeto.

Portanto, em vez de limitar a concessão do adicional às atividades profissionais mencionadas, julgamos oportuno apresentar substitutivo que altera a CLT, para incluir a condição de uso ou porte de arma de fogo como caracterizadora da periculosidade.

Diante do exposto, somos pela aprovação, nos termos do substitutivo, do PL nº 1.033, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado ROBERTO SANTIAGO
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.033, DE 2003

“Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de caracterizar o porte de arma de fogo como atividade perigosa.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o porte de arma de fogo ou o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado,

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado ROBERTO SANTIAGO
Relator